

**Possibilidades de enunciação do jornalismo brasileiro  
sob a ditadura de 1964**

*Possibilities of brazilian journalism's enuncing  
under the 1964 dictatorship*

Elaine SCHMITT<sup>1</sup>  
Karina Janz WOITOWICZ<sup>2</sup>

**Resumo**

Partindo de uma visão construtivista acerca da realidade e da prática jornalística, o presente artigo busca discutir as possibilidades enunciativas do jornalismo brasileiro durante a ditadura militar de 1964 para compreender melhor os processos de produção jornalística a partir de um ponto de vista histórico que, em suas justaposições, supõem um fio condutor de sentidos que permitem explorar a subjetividade do sujeito jornalista e entender as possibilidades de sentidos construídos discursivamente durante o período: são os enunciados censurados e alternativos. Com os resultados, pretende-se intensificar o debate, que segue atual, sobre as relações de poder que envolvem uma prática gerida e produzida pelo profissional jornalista: um sujeito social, histórico e cultural.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Enunciado. Ditadura Militar.

**Abstract**

Starting from a constructivist view about reality and journalistic practice, this article aims to discuss the enunciative possibilities of brazilian journalism during the military dictatorship of 1964 for a better understand of journalistic processes and production from a historical point of view that, in their juxtapositions, suppose a guiding thread of meanings that allow explore the journalist's subjectivity to understand the possibilities of discursively constructed meanings during the period: they are the censored and alternative statements. With the results, it is intended to intensify the debate, also actual, about the power relations that involve a practice managed and produced by journalists: a social, historical and cultural person.

**Keywords:** Journalism. Statement. Military dictatorship.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: elaine.schmitt@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutora em Comunicação pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL). Professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR). E-mail: karinajw@gmail.com

## Introdução

Se, em meados do século XIX, acreditava-se que o jornalismo refletia a realidade de forma exata, as novas investigações acadêmicas do século XX avançaram e fizeram emergir um novo paradigma onde, assim como a realidade dos sujeitos, as notícias também são entendidas como construção (TUCHMAN, 1978). Essa nova percepção, no entanto, desprende-se da forma conspiratória como o jornalismo havia sido examinado pelas teorias da Ação Política<sup>3</sup> (HERMAN; CHOMSKY, 1988), fazendo jornalistas se passarem por homens e mulheres sem princípios, que traziam instabilidade social com o objetivo de tirar proveito econômico e promoção social (TRAQUINA, 2005). Mas com o avanço dos estudos, em meados de 1970, a forma de entender a prática mudou e despertou novos olhares.

É nesse ambiente que se estrutura o construtivismo, propondo que as notícias auxiliam na construção da realidade, uma vez que são o produto final de um processo complexo, iniciado na escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos, de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas (HALL et. al. 1999, p.224). Dessa forma, a notícia deixou de ser compreendida como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, pois além de sua falta de neutralidade, os *media* noticiosos possuem em sua estrutura a inevitável representação dos acontecimentos. Os fatores que motivam esse novo olhar são diversos, como aspectos organizativos do trabalho jornalístico (ALTHEIDE, 1976), as limitações orçamentais (EPSTEIN, 1973) e a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos, (TUCHMAN, 1978).

De acordo com Charaudeau (2010, p.156), para entendermos como o universo midiático se torna uma construção precisamos olhar primeiramente para o seu processo interno, que transforma o acontecimento em um objeto de racionalizações que passa por critérios de seleção, formas de encerramento de categorias de entendimento e por modos de visibilidade que são escolhidos e alidados à regras já insituidas. É neste processo invisível que são impostos aos consumidores de notícias visões de mundo previamente articuladas, que muitas vezes se apresentam como visões naturalizadas ou previamente

---

<sup>3</sup> Para saber mais, indica-se a leitura de: CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. **A manipulação do público: Política e Poder Econômico no uso da Mídia**. São Paulo: Editora Futura, 2003.

dadas. Fica evidente, portanto, a ênfase que tais estudos concedem aos processos sociais, econômicos e culturais.

Mas o que podemos dizer, portanto, das construções produzidas pelo jornalismo brasileiro durante a ditadura militar de 1964? Para discutir o papel da mídia na construção social da realidade e nos enunciados aqui propostos, recuperamos a tríade de realidades apontada por Adoni e Mane (1984): a realidade social objetiva, a realidade social simbólica e a realidade social subjetiva. A primeira delas seria o mundo objetivo, existente para o indivíduo de forma externa. Ela é assimilada como algo que dispensa constatações e da qual não temos dúvidas. Em segundo lugar está a realidade social simbólica, expressa simbolicamente<sup>4</sup>. Aqui está aportado o jornalismo. Por fim, a realidade social subjetiva traz como substrato as duas outras realidades anteriores: objetiva e simbólica. Nesse ponto, verifica-se as construções individuais da realidade, baseadas em ações sociais particulares.

Partindo de sua potencialidade simbólica, Alsina (2009, p.46) toma o jornalismo como um campo que contribui para a construção de uma realidade ilusória e que também produz simulação da realidade social. Esse processo construtivo, dado pelas práticas produtivas do jornalismo, torna-se possível uma vez que a institucionalização dos papéis do jornalista seja legitimada de forma social e intersubjetiva, o que gera relevância às suas produções. A legitimação, nesse âmbito, oferece amplos quadros de referência para setores de conduta institucionalizada, como jornalistas que possuem um papel socialmente legitimado em suas esferas de atuação e que os permite construir, por meio do discurso que produzem, uma realidade pública e socialmente relevante.

Perceber o real como uma construção social é considerar a vida cotidiana como uma realidade interpretada pela linguagem e subjetividade, dotada de sentidos na medida em que se apresenta como um mundo coerente e ordenado. A linguagem, portanto, vai tratar, fundamentalmente, da capacidade humana em comunicar significados que não são expressos pela subjetividade.

Ao permitir objetivar um grande número de experiências individuais ou estabelecer pontes entre variadas zonas dentro da realidade da vida cotidiana, Berger e Luckmann (1998, p.61) concebem a linguagem como forma de integrar toda uma totalidade dotada de sentido que constrói, conseqüentemente, “[...] imensos edifícios de

---

<sup>4</sup> Para Berger e Luckmann (1998), os universos simbólicos são produtos sociais que possuem história e que só podem ser compreendidos a partir da história de sua produção.

representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo”. Para dar sentido, no entanto, é preciso identificar os acontecimentos e inseri-los em um quadro de significados familiares ao público (HALL. *et. al.*, 1999, p.226).

Assim, o jornalismo constitui um processo fundamental que torna o mundo "referência inteligível", ao mesmo tempo em que propõe suposições cruciais sobre o sentido e o funcionamento da sociedade, assumindo a construção como um consenso. Para complexificar as relações existentes entre a produção jornalística e a construção da realidade, somamos ainda as diversas formas de interpelar ou cooptar a produção noticiosa por parte do poder hegemônico.

Em um primeiro argumento sobre o assunto, Hall *et. al.* (1999, p.229) constata a dependência que os jornalistas têm de assuntos noticiosos específicos, que são fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis. Essa forma de exercer a prática faz com que o acesso às declarações de certas instituições se torne recorrente, ao mesmo passo que torna outras fontes periféricas, ou quase inexistentes, dado o tempo e a intensidade do silenciamento vivido. Desse modo, os *media* – compreendidos dentro de uma lógica empresarial capitalista –, tendem a reproduzir de forma simbólica a estrutura de poder dominante na sociedade. O autor aponta pelo menos duas razões que levam à abertura de espaço para determinadas vozes: 1) pressões internas da produção jornalística: acontecimentos pré-agendados, por exemplo, ajudam na distribuição de recursos e calendarização de trabalho; e 2) orientações de imparcialidade, equilíbrio e objetividade: essas regras estruturam a distinção entre fato e opinião e asseguram que as afirmações colocadas pelos jornais sejam fundamentadas em falas objetivas e autorizadas, concedidas por fontes "dignas de crédito”.

Dado o recorte temporal proposto nesse artigo, gostaríamos de provocar a consideração de mais uma razão que poderá determinar, ao passo da história, a abertura de espaço para determinadas vozes, discursos, ideologias, bem como sua falta, nos meios noticiosos: a violação de direitos humanos e de liberdade de imprensa por uma truculenta imposição ditatorial, como foi o caso do Brasil desde a queda do então Presidente da República, João Goulart, em 1964, até a reabertura democrática, em 1985. É à História que recorreremos, neste momento, para compreender como os processos socioideológicos integram os diferentes enunciados jornalísticos, revelando conflitos

decorrentes de diferentes espaços e lugares que foram assumidos por grupos heterogêneos da organização social brasileira.

### **Jornalismo e enunciação: possibilidades sob a ditadura de 1964**

Entender o conceito de enunciado é fundamental para a reflexão proposta. Para Fernandes (2008), o enunciado comporta a posição ideológica no ato de enunciar, integrando a enunciação como um lugar sócio-histórico-ideológico de onde os sujeitos dizem. É este elemento de posição que constitui as regularidades discursivas, ocasionando consequências que vinculam um enunciado à outros. Compreendê-lo implica, portanto, compreender suas funções, condições de produção e em qual campo se inscreve: “Trata-se de buscar na exterioridade de um enunciado determinado, as regras de sua aparição, a relação que mantém com o que enuncia, aquilo a que se refere, o que é posto em jogo por ele”, (2008, p.66).

Ao considerar os diversos fatores que transpassam os discursos, a arqueologia enunciativa elaborada por Foucault (2005) busca estabelecer uma homogeneidade por meio do recorte temporal que, ao mesmo tempo, consegue manter sua heterogeneidade, pois considera que o discurso nunca está isolado em seus sentidos. De acordo com o filósofo e historiador francês, esse discurso deriva de outros enunciados ao mesmo tempo que engendra influências, oferecendo, assim, o ordenamento e a hierarquia desses discursos, articulados no “tempo dos conceitos, nas fases teóricas, nos estágios de formalização e nas etapas da evolução lingüística”. Tal processo decorre de uma história que não pode deixar de ser considerada e que define a série da qual faz parte, ou seja, o seu contexto<sup>5</sup>. Dessa forma, podemos conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade de sua emergência, (FOUCAULT, 1996).

Da vasta quantidade de fatores que influenciam a formação discursiva dos sujeitos, três irão ganhar destaque, de acordo com os apontamentos de Maingueneau (1993): o quadro das instituições em que o discurso é produzido, e que delimitam fortemente a enunciação (imprensa e Estado); os embates históricos, sociais e etc., que se cristalizam nos discursos (como a memória histórica da ditadura militar brasileira,

---

<sup>5</sup> Olhar para o contexto é reconhecer que um ser humano em desenvolvimento “não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que o têm a seu cargo” (BERGER e LUCKMANN, 1988, p.71).

por exemplo); e o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um intradiscurso. Tais elucidacões contribuem para uma discussão complexa da realidade enquanto construçã, e do papel do jornalismo na constituicão desse fenômeno. Com isso, objetivamos ressaltar a existênciade uma influênciapor parte da mídiade na construçãda realidade que não foi única, mas parte importante do processo de subjetivaçãe cristalizaçãohistórica da ditadura militar brasileira.

Durante o período ditatorial de 1964, imprensa enfrentou diversos cenários decorrentes, principalmente, do movimento político que acontecia na época e que, cada vez mais, cerceava a liberdade de comunicação. Leal e Hohlfeldt (2014, p. 385) apontam que, entre os meios de comunicação, a imprensa foi especialmente cooptada ou obrigada a trabalhar a favor do regime ditatorial. A intervençãodireta do poder na mídiatinha como objetivo construir uma opiniãopública favorável aos militares e à sua forma de governar. Por outro lado, a face violenta do regime foi cuidadosamente invisibilizada: “Naquele panorama o jornalismo levava aos brasileiros um discurso quase unânime e favorável ao governo, discurso que era entendido como verdadeiro pela sociedade, o que muito contribuiu para a imagem positiva alcançada pelos militares junto à população brasileira”.

É preciso pontuar, no entanto, uma terceira via de articulaçãopor parte do jornalismo deste período. Se antes haviam empresas que pleiteavam o liberalismo econômico e lutavam pela liberdade de expressã, inscritas em um contexto histórico de enfrentamento ao patriarcalismo militar-coronelistade a Primeira República e ao autoritarismo do Estado Novo brasileiro, no ano em que inicia a ditadura militar o que também se observa é uma “[...] afinidade ideológica com o sistema supraestruturado nos elitismos burocráticos” (LARANJEIRA, 2014, p. 163). Dessa forma vemos, para além da censura e da imprensa alternativa, uma grande parcela de jornalistas e donos de conglomerados de comunicaçãalinhados ideológico ao governo militar, que tinham interesses econômicos sobrepostos ao dever e vontade em ter livre comunicaçã.

### **O enunciado censurado**

Com a inserçãodo Ato Institucional nº 5, em 1968, durante o governo de General Costa e Silva, a implementaçãode um projeto de reforma social brasileira teve sua força de açãoelevada, o que promoveu a criaçãode novos sistemas que atendessem

as demandas repressivas, tais como o Serviço Nacional de Informação (SNI), o Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) e o Serviço de Informação do Gabinete (Sigab), que tinha a tarefa de centralizar as demandas de autoridades ofendidas ou polemizadas pela imprensa<sup>6</sup>. No que se refere ao discurso jornalístico, foi possível perceber rapidamente a ação da censura e do silêncio das informações.

Eram vários os modos de operação da imprensa para driblar situações que representavam esse tipo de dificuldade. Por trás de escolhas e posicionamentos havia interesses particulares, empresariais e a censura, um conceito que deve compreender todo processo de silenciamento que impõe limites aos agentes no percurso de sentidos. A preocupação com esses sentidos ocultos em uma camada mais profunda da produção jornalística, para além do implícito, pode revelar lacunas na história dos veículos que constituem passagens importantes na compreensão de seu processo de produção (ORLANDI, 1992).

O hábito de silenciar vozes dissonantes foi uma forte tática do regime ditatorial brasileiro. A prática trouxe repressão aos sindicatos, movimentos estudantis, LGBTQI+, de negritude e feministas, proporcionou cassações e extinguiu partidos políticos, dando espaço para organizações militares, civis, religiosas, entre outras, que buscavam elevar o projeto de uma pátria “ordenada, tradicional e democrática”. Para Leal e Hohlfeldt (2014), todas as medidas governamentais que caçaram as liberdades institucionais e individuais tinham como objetivo impedir críticas relacionadas às ações do governo e a tudo que contrariava interesses militares:

Os agentes da censura estavam presentes nas redações de jornais, revistas, estações de rádio e TV, para vetar a veiculação de quaisquer matérias contrárias à ditadura militar. O povo brasileiro conviveu com uma única verdade permitida: a oficial, ou seja, a dos governantes. E, de certo, o noticiário político foi o que mais sofreu medidas repressivas. (LEAL; HOHLDELDT, 2014, p. 392-393)

Muitos episódios marcaram a história do jornalismo brasileiro no que se refere à censura - seja explícita ou a autocensura. Em janeiro de 1975, por exemplo, os órgãos de repressão do regime lançaram ofensiva contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que vivia na clandestinidade e que teve seus membros perseguidos. No dia 26 de

---

<sup>6</sup> Esta prática censória era muito específica, segundo Fico (2012, p 72): “havia uma pauta em termos proibidos cuja publicação nos jornais era proibida, e esses temas eram informados dessa forma. O chefe de redação avisava aos jornalistas e os assuntos não saiam”.

outubro do mesmo ano, Wladimir Herzog foi encontrado morto. O jornalista, então diretor do departamento de telejornalismo da TV Cultura de São Paulo, compareceu ao Doi-Codi para depor sobre acusações de envolvimento com o PCB, foi preso e, em seguida, “[...] segundo a versão oficial, foi encontrado morto na cela, onde teria cometido suicídio” (ABREU, 2002, p. 24). Apesar de a censura prévia à imprensa nunca ter sido claramente sancionada, seus efeitos foram sentidos na forma da autocensura e também na instalação de censores em diversas redações (TASCHNER, 1992).

Dividida entre vítima e algoz, a imprensa brasileira tornou-se peça fundamental de denúncia e de poder de disseminação ideológica de um regime autoritário. Muitos profissionais perceberam, na situação, a oportunidade de aumentar seu lucro e poder, enquanto muitos foram torturados e mortos por publicarem – ou tentarem – vestígios de negociações e crimes executados pelos militares. Com isso, a orquestração militar ocorrida dentro das redações de jornais e de outros meios de comunicação forjou um consenso nacional em torno da aceitação das ações do governo, uma vez que havia maiores dificuldades em acessar informações alternativas.

Todavia, foram exploradas outras formas de significar o proibido, dando origem à retórica da resistência (ORLANDI, 1992). Quando analisados os jornais brasileiros pós 1964, encontra-se este tipo de prática que, de diferentes maneiras, conferiu significado à censura imposta. Alguns vazios, como a publicação da meteorologia para o 14/12/1968, no Jornal do Brasil; as receitas de bolo do Jornal da Tarde; os poemas de Camões no Estadão; utilizados conscientemente, passaram à proibição. Na supressão dos vazios, jornalistas precisavam substituí-los por outro conteúdo: “Os leitores, habituados a seus jornais, sabiam atribuir (ou antes “devolver”) outros sentidos a esses textos por sua localização: página, lugar, dimensão, natureza da *receita*, etc. O gesto de ler adquiriu um sentido histórico muito particular nesse momento” (ORLANDI, 1992, p. 118).

A censura durante a ditadura fez do jornalismo uma prática útil em todas as suas possibilidades e contribuiu para o progresso de um projeto nacionalista e anticomunista que buscou mascarar a alteridade social ao construir a imagem de uma sociedade harmônica e livre de conflitos (AQUINO, 1999). Apesar disso, concomitantemente com a influência na ascensão de um golpe, a imprensa também foi um canal de resistência política e contra-informação.

## O enunciado alternativo

Dentre tantos jornalistas e empresários da mídia aliados à ditadura, ou ainda censurados pelos militares que passaram a conviver dentro das redações para fiscalizar a informação, houve aqueles e aquelas que tomaram outro rumo, dedicando-se à imprensa alternativa que teve, entre os principais objetivos, o intento de denunciar violações dos direitos humanos e criticar o modelo econômico e político<sup>7</sup>. Produzidos de forma artesanal e clandestina, tais jornais ajudaram a formar redes de militância, transmissão de comunicação e conhecimento, além da possibilidade de outras narrativas para os fatos políticos e sociais recentes.

Para Kucinski (2003), o conceito de alternativo institui quatro significados essenciais à imprensa citada: 1) algo desligado das políticas dominantes; 2) opção entre duas coisas que se excluem reciprocamente; 3) única solução para uma situação emergente e; 4) o profundo desejo das gerações dos anos 1960 e 70 em tornarem-se protagonistas das transformações sociais. Movida por forças interligadas à esquerda política havia, ainda, por parte de intelectuais e jornalistas, a procura por um espaço alternativo à grande imprensa e à universidade para discutir o que estavam vivendo.

Duas vertentes deram início à proliferação desses jornais, que passaram a ser fiscalizados com atenção ainda maior, levando a perseguições e assassinatos. Uma delas tinha raízes na valorização do nacionalismo e marxismo e suas páginas eram tomadas por movimentos populares de reivindicação e protestos que discutiam os caminhos da revolução, a divisão sexual do trabalho, o direito das mulheres, táticas e estratégias de oposição. Do outro lado, havia um jornalismo voltado à crítica dos costumes e à ruptura cultural que era fortemente ligado ao movimento contracultural norte estadunidense, (KUCINSKI, 2003).

Grinberg (1987, p. 18) indica como elemento essencial da mídia alternativa a ideia de que esta seja uma “opção frente ao discurso dominante”, complementada pelo controle e propriedade coletiva do meio, participação na escolha temática e na produção de mensagens, bem como a ambivalência dos papéis emissor-receptor e a

---

<sup>7</sup> Em uma busca pelo termo no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, encontra-se uma diferenciação entre imprensa alternativa, que optaria por uma “posição editorial renovadora, independente e polêmica”; e imprensa nanica, um tipo de imprensa alternativa com estrutura empresarial modesta e poucos recursos financeiros.

multidirecionalidade dessas mensagens. Outra grande diferença que a imprensa alternativa deve apresentar em relação à mídia hegemônica é sua falta de pretensão em obter lucro com suas práticas, pois não se propunha a objetivos mercantis. Ao quebrar com a lógica do lucro que moveu a grande mídia a partir de sua industrialização, este tipo de jornalismo buscou na resistência a força motriz de sua prática. A convivência com a censura, afirma Taschner (1992), pôde desencadear novas formas de se fazer jornalismo, bem como trazer experiências interessantes de produção e circulação de notícias.

Outra possibilidade de pensar o “alternativo” é chamada por Downing (2002, p. 49) de *mídia radical* e consiste em um modelo de contra-informação que concede à mídia o papel de romper o silêncio, refutar mentiras e fornecer verdades. Suas práticas, desenvolvidas principalmente sob regimes opressores e reacionários, utilizam da censura e do controle de informação para manutenção de uma ideologia.

Com razão de resistência, o fenômeno alternativo refletiu o imaginário de uma imprensa que não produzia conteúdo simplesmente para intelectuais, jornalistas e ativistas políticos. Ela era mais abrangente e estava preocupada com urgentes transformações sociais:

Nem a ditadura podia sozinha explicar a riqueza do fenômeno alternativo, a diversidade de manifestações ou a tentativa [...] de criar todo um “modelo ético-político”, com formas e estratégias próprias, que se confrontaria com o sistema dominante muito mais no campo permanente da tentativa de construção e uma contra hegemonia ideológica, do que no campo conjuntural da resistência à ditadura. (KUSCINSKI, 2003, p. 25).

Foram cerca de 150 títulos que, divididos em gerações, constituíram o ciclo alternativo do jornalismo brasileiro dos anos de ditadura. Entre eles, esteve o *Movimento*, *Pif-Paf*, *Opinião*, *Resistência*, *Ex*, *Repórter*, *Lampião da Esquina*, *O Berro*, *Politika*, *De Fato*, *Jornal de Debates*, *Flor do Mal*, *Coojornal*, *Em Tempo*, *Folha da Semana*, *O Sol*, *Poder Jovem*, *Amanhã*, *O Bondinho*, *Versus*, *O Pasquim*, etc. Havia ainda os jornais alternativos de perspectiva feminista, como o *Brasil Mulher*, *Mulherio*, *Chanacomchana*, *Maria Quitéria*, *Nós Mulheres*, *Mulher ABC*, etc.

Durante seu apogeu, os jornais alternativos foram comparados às experiências anteriores, como da imprensa panfletária, dos pasquins e da imprensa anarquista, que tinham como objetivo resistir à hegemonia comunicativa pela produção de discurso em forma de humor, sátira, ilustração, ironia e denúncia de um governo que sempre buscou

a verticalidade de informação e a manutenção de uma realidade que hierarquiza o poder a partir de categorias como gênero, raça e classe.

### **Algumas relações históricas entre jornalismo e poder**

No desenvolvimento deontológico do jornalismo a credibilidade e a objetividade, inseridas no polo ideológico, também ganham destaque. A credibilidade é um valor essencial do jornalista, garantido por meio da sua independência autônoma, e a objetividade é a substituição de uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos estabelecidos pela comunidade jornalística. Nesse sentido, Barbosa (2010) descreve este cenário como sendo comum na história do jornalismo, e que pode ser observada em diversos períodos do seu desenvolvimento:

Ao mesmo tempo que materializam o Estado, tornando pública as suas simbologias e ideologia política, esses periódicos, ao narrar ações, criam contextos para a sua descrição, referenciando convenções que passam a ser interpretadas de uma forma ou de outra. Estado, hegemonia e cultura são dimensões dos mecanismos de exercício de dominação de classe e da reprodução social, (BARBOSA, 2010, p.180).

A autora observa um jornalismo que atua como força dirigente superior ou um estado maior intelectual do partido orgânico, que se conecta a determinados grupos em função de objetivos específicos. Assim, desempenha função política, juntamente com função propagandista, policial e de influência moral e cultural, igual a um “partido” (2010, p.182). As nuances evidenciadas pela autora remetem à imprensa o papel de mediar ações e decodificar simbolismos de um grupo dominante, buscando divulgar e, principalmente, atingir o “consenso espontâneo”. A partir disso, o jornalista, enquanto elemento responsável por esta articulação intelectual, “ganha notoriedade não apenas em função do poder simbólico que desempenha, mas do poder de fato que detém”. É na luta pela imposição de uma visão legítima do mundo social que o jornalista detém poder proporcional ao seu capital, ou seja, pela razão direta do reconhecimento que recebem de seu próprio grupo. E é na capacidade de tornar o real explícito, público, visível e oficial que se constitui o consenso do próprio grupo.

Dessa variedade de relações surge a evidência do poder enunciativo: uma simbiose entre o sistema simbólico da língua e da produção do discurso no sentido teórico do poder. Para Barbosa (2010), o poder da palavra está não somente em quem a

detêm, mas também na forma com que ela é explicitada. Com isso, jornalistas passam à atores, que tornam públicos e revelados certas palavras e certos sistemas de codificação. Essa prática, entretanto, necessita percepção ampliada e uso de sinais próprios:

Considerando que as relações dependem do que foi acumulado material ou simbolicamente pelos agentes envolvidos, é preciso ainda perceber que está em jogo não somente a participação efetiva no campo político, mas o uso de uma categoria particular de sinais e, deste modo, da visão e do sentido do mundo social (BARBOSA, 2010, p.193).

Leva-se em consideração, ainda, a disputa que existe entre jornais, mesmo quando ocupam um campo de atuação semelhante. O desejo de “participar do jogo político” e conquistar audiência coloca-os em oposições e rivalidades que devem ser vistas como disputa de poder. O que entra em jogo, nesses momentos, é a outorga do papel privilegiado de “porta-vozes dos grupos dominantes”. Uma efetiva disputa pelo papel de estruturar e centralizar tais visões. Junto a isso, outro aspecto também pode estar presente: o da legitimação de uma autoidentidade construída. No final, o que se verifica é “uma luta de e pelo poder” (BARBORA, 2010, p.196).

A reprodução de uma perspectiva oficial dentro do jornalismo, portanto, não se torna fiel, mas carrega traços e espalha suas significações. A transformação, ou a tradução das informações para um idioma público, divide-se entre elementos particulares que são provenientes do processo de produção jornalístico com a disponibilização aos “não iniciados” a certos assuntos, dando-lhes força popular e ressonância, “naturalizando-os dentro do horizonte de compreensão dos vários públicos” (HALL et. al, 1999). Dessa maneira, prevalece entre os *media* a tendência de traduzir as informações de conotações dominantes, com perspectivas consensuais, para uma linguagem pública.

### **Considerações finais**

Mesmo sem refletir uma sociedade, a notícia ajuda a construí-la como fenômeno social compartilhado que, no processo da descoberta de um acontecimento, define e conforma o acontecimento. E é na seleção dos fatos, no lançamento de outros ao esquecimento e na escolha de uma narrativa e do lugar que aquele enunciado ocupará

que o jornalista dirige um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantendo essencialmente uma dialética de lembrança e esquecimento.

O potencial poder do jornalista perante a construção da realidade está na possibilidade de escolhas e nas relações que consegue estabelecer com agentes internos e externos ao campo. As diversas forças que atravessam sua produção profissional e sua formação cultural e ideológica ficam refletidas no produto, expressas em palavras publicadas e discursos constituídos. Assim, o jornalista detém, não somente a legitimidade para “contar” a verdade, mas o poder de influenciar na orientação da existência ou do esquecimento de determinados acontecimentos.

Os anos de ditadura militar brasileira, nesse sentido, foram de intensa construção enunciativa da realidade, que reverberam memórias e releituras ainda hoje. A sintomática necessidade de trazer à tona essa disputa sobre a verdade dos “anos de chumbo” nos parece central no debate sobre os processos de produção jornalística de 2020, ano do segundo mandato presidencial de um ex militar, desde à ditadura, que enfatiza, entre diversas outras barbáries, o desejo de promover mais uma vez governanças ditatoriais. Ou seja, para além da importância que o episódio carrega em si, enquanto chave fundamental para entender a história contemporânea do país, vemos a urgente necessidade em retomar, reexaminar e trazer à tona a memória de uma parcela da história brasileira que cerceou liberdades fundamentais e que assassinou, prendeu e torturou milhares em prol de uma nação cristã e progressista ameaçada pelo fantasma do comunismo.

## Referências

ABREU, Alzira A. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ADONI, Hanna. & MANE, Sherrill. **Media and the social construction of reality: toward an integration of theory and research**, Communication Research 11(3): 1984. p. 323-340.

ALSINA, Miguel. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. Edusc, Bauru: 1999.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

DOWNING, John. **Mídia radical**. SENAC, São Paulo: 2002.

EPSTEIN, Edward. **News from nowhere: television and the news**. Austin: University of Tezas Press, 1973.

FERNANDES, Claudemir A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Paulo: Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GRINBERG, Máximo Simpson. **A comunicação alternativa na América Latina**. Vozes, Petrópolis: 1987.

HALL, Stuart; CHRISTOFHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Bryan. "A produção social das notícias: O mugging nos media". In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-250.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing consent: the political economy of the mass media**. Pantheon, New York: 1988.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LARANJEIRA, Álvaro N. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre, Editora Sulina: 2014.

LEAL, Ranielle; HOHLFELDT, Antonio. "Veja e a formação de uma opinião favorável ao regime militar". In: RÊGO. **Narrativas do jornalismo e narrativas da história**. Porto, Media XXI: 2014.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, Campinas: 1992.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1992.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Vol 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1976.